



A justificativa ao projeto enfatiza a necessidade de se regular ao menos minimamente o novo instituto, evitando-se, assim, entendimentos diversos por parte dos tribunais.

Trata-se de apreciação terminativa desta Comissão. Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei sob comento atende aos pressupostos de constitucionalidade (competência legislativa da União, atribuição do Congresso Nacional, legitimidade de iniciativa e elaboração de lei ordinária) e de juridicidade, apresentando-se conforme a boa técnica legislativa.

No mérito, o projeto é oportuno, não tanto por seu art. 1º, que somente repete o comando do art. 5º, inciso LXX, da Constituição de 1988, mas pelos demais.

Com efeito, é importante que a lei (arts. 2º e 3º) restrinja a impetração do mandado de segurança coletivo às hipóteses em que o direito discutido tenha pertinência, seja com a orientação programática do partido político, seja com as finalidades institucionais da organização sindical, entidade de classe ou associação impetrante. Ao fazê-lo, a lei impedirá que as pessoas elencadas no art. 1º lancem mão do novo instituto para fins outros, que não o de proteger direito líquido e certo que lhes caiba, efetivamente, encampar. Nesse sentido, o art. 3º deve referir-se a direitos, e não a interesses.

Os arts. 4º e 5º, por sua vez, inspirados pela sistemática do Código de Defesa do Consumidor, tratam adequadamente da hipótese de coexistência de demanda coletiva e de demandas individuais. Ao mesmo tempo em que determina a não indução de litispendência, condiciona a extensão dos efeitos da coisa julgada feita na ação coletiva vitoriosa à prévia suspensão da ação individual, a ser requerida por seu autor – o que evita sobrecarga para o Poder Judiciário e elimina condutas oportunistas. O art. 4º, contudo, deve ser reescrito, para que se torne tecnicamente mais preciso.

As demais questões relativas ao mandado de segurança coletivo deverão ser resolvidas com a aplicação dos preceitos da Lei nº 1533/51 e da legislação processual civil (art. 6º).

Assim, parece-nos que o projeto de lei em tela resolve aspectos relevantes para a utilização do mandado de segurança coletivo, o qual, destarte, poderá cumprir a função para ele concebida pelo legislador constituinte de 1988, qual seja, a de evitar o ajuizamento de inúmeras ações idênticas a assoberbarem o Poder Judiciário – como ressalta a justificação desta proposição.

Assim, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1351/99, com as emendas oferecidas, em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2000.

Deputado ANDRÉ BENASSI
Relator

91427806-020

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1351, DE 1999

Dispõe sobre o mandado de segurança coletivo.

EMENDA Nº 01

No art. 3º, substitua-se a palavra “interesses” por “direitos”.

Sala da Comissão, em de de 2000.

Deputado ANDRÉ BENASSI
Relator

91427806-020

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1351, DE 1999

Dispõe sobre o mandado de segurança coletivo.

EMENDA Nº 02

Dê-se ao art. 4º a seguinte redação:

“Art. 4º O mandado de segurança coletivo fará coisa julgada “ultra partes”, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, apenas no caso de procedência do pedido”.

Sala da Comissão, em de de 2000.

Deputado ANDRÉ BENASSI
Relator

91427806-020